

«MACACO ERA O TEU PAI! » AS RESISTÊNCIAS ÀS NOVAS VISÕES DA ANTIGUIDADE DO HOMEM NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX Paulo Mendes Pinto*

Prólogo

Em 1866 era publicado em Coimbra, o texto de Filosofia *Antiguidade do Homem*, de Júlio Augusto Henriques. Obra produzida em meio académico, marca, de forma relativamente consistente, a chegada a Portugal de um conjunto de novas visões sobre a antiguidade do Homem. Ora, duas décadas mais tarde, sendo exacto, em 1882, era ainda acesa a discussão na Junta Consultiva de Instrução Pública em torno da aprovação ou rejeição de um manual escolar de Zófimo Consiglieri Pedroso que apresentava as posições inovadas por Júlio Augusto Henriques, quase vinte anos antes.

Com estes dois momentos paradigmáticos, lançamos a questão que aqui nos trás: os movimentos de inovação e de resistência face aos novos conteúdos sobre a *Criação do Homem*, a sua *Evolução*, e o *seu lugar na natureza*, for a dos meios científicos de produção do saber.

Trata-se de uma ruptura bastante complexa, mas que tem visibilidade no que podemos enunciar como uma ruptura no campo dos conteúdos cronológicos relativos à historiografia do Mundo Antigo, formulada através de uma nova concepção de tempo vinda da Geologia e da Teoria da Evolução das Espécies¹.

Esta alteração da noção de tempo, criou a capacidade mental para trabalhar, ou melhor, para inventar, a Pré-História e o Mundo Pré-Clássico na sua verdadeira dimensão temporal, e não mais no quadro tradicional que apontava a simultânea criação do mundo e do homem para o ano de 4004 a. C, por vontade e execução directa do Deus criador².

Por um lado, encontramos os dados vindos do que passaremos a designar por *tradição*, por outro, temos as constantes afirmações do mundo científico, que designaremos por *inovação*. O *saber oficial*, quase aglutinador e tendencialmente *neutro* vai digerindo e incorporando os dados que sobre esse objecto se criaram e que, gradualmente, se foi alterando com base na ascensão dos conhecimentos *inovadores*.

Aqui, não trataremos os próprios trabalhos científicos, mas a veiculação científicante e a sua reacção, através de alguns indicadores que nos pareceram fundamentais para a aferição da recepção desses novos conteúdos no chamado "saber oficial".

Neste sentido, é inevitável colocar duas questões essenciais. Por um lado, as evoluções científicas que trazem os novos dados sobre a antiguidade geológica da terra e das civilizações antigas coincide com o início da implantação do sistema escolar – anos 30/40 do século XIX; por outro lado, o vincular desta nova ideia de cronologia e de origem da

* Centro de Estudos e Licenciatura em Ciência das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Texto elaborado com base na comunicação apresentada ao I Colóquio Luso-Brasileiro da História da Ciência e da Técnica, em Aveiro, Julho de 2000.

¹ Para a Geologia era totalmente assumida a ideia de que o estudo da História da Terra era um elo entre as *ciências históricas* e as *ciências físicas*, o que foi dificilmente aceite pela produção historiográfica. Sobre a posição da Geologia ver, por exemplo, em edição portuguesa: L. de LAUNAY, *A História da Terra*, Lisboa, Bertrand, 1908, pp. 5-11.

² Somando as gerações dos personagens bíblicos era possível chegar a uma data para a criação do mundo.

humanidade, obteve da crescente rede de escolarização um inestimável apoio ao conseguir difundir os seus inovadores conteúdos num sistema de *verdade*, que é a escola, cada vez mais abrangente e padronizador do conhecimento.

Assim, a escola é um elemento essencial na análise das formas e dos conteúdos da “luta titânica” que durante algumas dezenas de anos decorreu entre uma visão simples, apoiada na tradição e na autoridade bíblica, e uma visão inovadora, complexificante da leitura do Homem e do seu posicionamento no mundo, e, acima de tudo, de difícil gestão no campo da fé.

Os manuais escolares são a chave de acesso aos conteúdos que são aprovados para transmissão na estrutura escolar. Desta forma, os manuais escolares são as fontes preferenciais para aceder ao referido *saber oficial* na medida em que, por um lado, são assumidos pelo sistema educativo, autorizados e sancionados enquanto manuais “oficialmente aprovados”, e, por outro lado, a sua eficácia comercial dependia inevitavelmente do poder consensual dos seus conteúdos.

Ao analisar os ditos manuais escolares de História Antiga tomámos como expressivos alguns manuais que melhor exemplificam a argumentação que construímos. Desta forma, a análise que fazemos pressupõe uma procura de manuais sobre a temática que, sendo claramente representativa, não pretende incluir a totalidade dos manuais editados em Portugal nas décadas de trinta do século passado e seguintes.

Da História Sagrada à História Profana

Começamos por uma procura de definição de conceitos fundamentais nos próprios manualistas, seguindo, depois, para uma busca dos possíveis encaixes específicos relativamente à Antiguidade do Homem.

*Historia da Creação do Mundo. Segundo a Sagrada Escripura, e a melhor doutrina dos sabios*³. Poderia ser com esta frase, no caso um título, que se sintetizaria a unidade, até meados do século, existente entre saber científico e visão religiosa.

De facto, ao nível da divulgação escolar, só em meados do século as posições entram em confronto. Vejamos então os pontos que elegemos para apresentar a nossa argumentação.

No mesmo ano, em 1825, Francisco de Arantes escreve uma obra essencial para esta nossa questão. Podemos tomar esta obra como, a nível de conteúdos, a síntese do que era efectivamente válido. Em dois momentos da sua obra ele posiciona-se face à questão:

Ninguém hoje duvida, que o estudo da Chronologia he um preliminar indispensavelmente necessario para o perfeito conhecimento da História. A

³ Manoel Dias de Sousa, *Historia da Creação do Mundo. Segundo a Sagrada Escripura, e a melhor doutrina dos sabios. [...] ordenada para servir aos meninos de ensaio da Leitura Portuguesa [...]*, Lisboa, Imprensa Regia, 1825.

*Chronologia juntamente com a Geografia, como diz João Gerardo Vossio, depois de Cícero, são os dous olhos da Historia.*⁴

*A fonte mais pura e mais fecunda para a História antiga he sem contradição alguma a Santa Biblia. A sua Chronologia he inteiramente conforme á da Historia profana, e por meio della podemos inteiramente ligar toda a carreira dos tempos, desde a criação do mundo até J. C., que comprehende certamente um periodo de tempo de 4000 annos;*⁵

Trata-se de um lente de teologia, que assume por absoluta a cronologia literal bíblica como matriz da cronologia da História Antiga.

Em 1838 surge uma obra que, embora não seja escrita em Portugal, nem seja oficialmente adoptada para o ensino nacional, pode bastante bem servir os nossos intentos; este *Compendio da História Antiga [...] tem como subtítulo Para uso dos alumnos das escolas de França*, isto é, talvez à falta de uma obra especificamente criada para “uso dos alunos das escolas de Portugal” se tenha traduzido uma já existente num país escolarmente mais desenvolvido⁶. Ver que a Reforma de Passos Manuel é de apenas dois anos antes.

Este manual é bastante influenciado pelas recentes descobertas e decifração da escrita egípcia – não fosse o original escrito no país de Champollion. Desta forma, a questão cronológica coloca-se, não no sentido primeiro da criação humana, mas no da longevidade da civilização do Nilo. Naturalmente, o quadro de referencia é ainda o da cronologia bíblica, na qual tudo o mais ainda se encaixa perfeitamente. Vejamos o texto:

*Menes foi verdadeiramente o primeiro rei do Egypto. O seu reinado he tão remoto, que alguns sabios o tomão por hum dos netos de Noé. Segundo certos cronologistas, reinava no anno de 2965 antes de Jesus Christo. Todavia a chronologia ordinaria seguida pelo illustre Bossuet só faz mediar 2348 annos entre Jesus Christo, e o diluvio universal. Porém, he evidentemente incerta, e usando d'ella corre-se o risco de haver hum engano d'alguns seculos*⁷.

É claro que esta obra, escrita em França, não se enquadra verdadeiramente no quadro dos saberes portugueses. Ela já integra alguns dados inovadores, vindos de algumas investigações com pouco mais de dez anos, o que veremos que não acontece com as obras escritas em Portugal, mesmo algumas dezenas de anos mais tarde.

Doze anos mais tarde, Roquete, no seu manual de 1850, tem um capítulo especial sobre a natureza dos textos da Bíblia⁸. Naturalmente, o patamar de dúvida deste autor é o de saber se a criação se realizou em 4000, ou se foi em 4963 como dizem os beneditinos⁹.

⁴ Francisco de ARANTES, *Compendio de Chronologia Mathematica e Histórica. Extrahido dos melhores auctores por [...]*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1825, p. (5).

⁵ Idem, *ibidem*, p. (42).

⁶ Trata-se da obra: *Compendio da História Antiga. E particularmente da História Grega. Seguido de hum Compendio de Mythologia. Para uso dos alumnos das escolas de França*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1838.

⁷ *Compendio da História Antiga [...]*, pp. 4-5.

⁸ ROQUETE, “Noticia acerca dos Livros-Santos”, *História Sagrada do Antigo e do Novo Testamento*, Paris, J. P. Aillaud, 1850, pp. xvj-xxxij. [obra com quatro edições até 1863].

⁹ Idem, *ibidem*, p. 1.

«Macaco era o teu pai!»

Ora, em todos os manuais até agora vistos existem as categorizações de *História Sagrada* e de *História Profana*, sendo que a primeira define e enquadra a segunda. É um dado totalmente consensual.

O fim desta consensualidade surge na década de quarenta, nomeadamente no texto de José da Motta Pessoa de Amorim (1847)¹⁰. São vários volumes, sendo que o primeiro trata o Mundo Antigo.

Nesse primeiro volume encontramos dados que são claramente a expressão da necessidade de o autor definir a sua posição teórica face a algumas inovações que circulariam, e com as quais ele não concordaria. Assim, o autor define o seu trabalho como uma *História Sagrada*; afirma haver uma *História Profana*, mas a que apresenta tem grandes vantagens face à outra: é inspirada:

*A história sagrada porém apresenta grandes vantagens sobre a história dos povos escripta por autores não inspirados. É o proprio Deus que faz aqui de algum modo as vezes do historiador, e que dá á narração o mais alto gráo de certeza a que se possa chegar, porque é apoiado por um testemunho infalivel!*¹¹.

A organização do livro é por temas/cronologia bíblica, apesar de ser grande a preocupação que apresenta pela cronologia¹², cada vez mais um dado de desconforto na escrita sobre as civilizações antigas¹³.

Uma dezena de anos depois, em 1856, surge a obra de Joaquim Lopes Carreira de Melo: *Resumo de História Universal Profana*.¹⁴ É exactamente aqui, no título, que esta obra mostra um dos seus pontos de maior inovação: de manual de *História Sagrada* passamos a manual de *História Profana*.

Este livro é realmente marcante; Da tradição, este livro transporta a grande divisão cronológica. São quinze épocas, em que as primeiras três são, ainda, designadas por: *Tempos obscuros*; *Tempos fabulosos*; *Tempos históricos*. O Egipto está, significativamente, e ainda, nos *Tempos obscuros*, antes dos *históricos*, apesar de Champollion já ter decifrado a sua escrita há algumas dezenas de anos.

Naturalmente, esta obra tem ainda toda a sua cronologia assente no Dilúvio e nos descendentes de Noé¹⁵.

Mas, e apesar das inovações trazidas pela obra anterior, de Carreira de Melo (1856), em 1867 José de Sousa Amado dá ao prelo a sua *Selecta Portugueza*¹⁶.

¹⁰ José da Motta Pessoa de AMORIM, *Compendio de Historia Universal [...]*, Lisboa, 1847.

¹¹ Cf. Idem, *ibidem*, p. 4.

¹² *Op. cit.*, p. 8 e p. 12.

¹³ Esta preocupação, mesmo em obras de eclesiásticos, defensores de uma visão sagrada do devir histórico, surge plenamente expressa na obra, já indicada, de Francisco de Arantes (*Compendio de Chronologia Matbematica e Historica*, Coimbra, 1825.), Lente de Teologia na Universidade de Coimbra, que mais não é que um longo discurso teórico e metodológico sobre a necessidade de bem tratar as questões de cronologia, cada vez mais importantes na visão da *História Sagrada*.

¹⁴ Joaquim Lopes Carreira de MELO, *Resumo de Historia Universal Profana, para uso das escholâs de instrução primaria [...]*, Lisboa, 1856.

¹⁵ Cf. *Op. cit.*, p. 5.

¹⁶ José de Sousa AMADO, *Selecta Portugueza. Para uso dos alumnos de Instrução Primaria e Secundaria [...]*, Lisboa, Typ. de G. M. Martins, 1867.

Ora, para este padre, a *História Sagrada* *recommenda-se por si mesma* para ser adoptada como linha conducente e ilustrativa deste manual¹⁷.

No que diz respeito à sua visão da cronologia da criação, é de referir que o autor mostra ter feito algumas leituras, mas apenas no sentido de manter a visão tradicional. Vejamos:

Qual fosse a duração dos dias da criação é ponto sobre que os mesmos Philosophos bem intencionados não estão de accôrdo.

Cuvier, Champollion, e Augusto Nicolás determinam-se pelo sentido de épocas indefinidas; Sorginet, Jean, e o cardeal Wisemen defendem o sentido litteral da palavra dia. Este diz: com quanto seja louvavel (a theoria das épocas indeterminadas) em seu objecto, não é decerto satisfatoria nos resultados.

*Cumpria fazer esta observação, para que se não tenba como averiguado um ponto de tanta transcendencia, e que affecta a simplicidade da linguagem biblica, segundo Aras citando o cavalheiro Drach; o qual crê ser perigosa a tendencia de sacrificar a simplicidade santa do texto da Biblia ás exigencias variaveis de uma sciencia, que caminha ás apalpadellas, e que destruirá, talvez, amanhã, o que hoje edificou!*¹⁸.

Da criação do Mundo e do Homem em 4004 a.C.

Mas essa ciência rejeitada por Sousa Amado, como vimos na abertura deste texto, fazia por cá alguns seguidores. Em 1866, um ano antes, era defendida, em Coimbra, a tese *Antiguidade do Homem*. Nesta tese está patente tudo o que não consegue entrar no sistema de ensino ate quase ao fim do século. A posição metodológica é clara:

*Não é porem a historia escripta pelo homem [o autor refere-se claramente aos textos antigos, em especial à Biblia], não são de certo os monumentos, por elle edificados, que nos darão a conhecer a epocha do seu apparecimento na terra. Só a geologia, pelo conhecimento da estrutura da terra, e mostrando-nos os restos das gerações passadas e o tempo necessario para qualquer modificação physica, nol'a poderá fazer determinar!*¹⁹.

Ou, simplificando é *completamente inapplicavel á cosmogonia biblica a chronologia positiva*²⁰.

A sua visão do estado de aceitação destes conteúdos também é clara:

*Bem sabemos que ha contra estas ideias inimigos fortes: uns que, levados pelo sentimento religioso, as regeitam porque lhes parece que vão de encontro á Biblia [...]*²¹.

Verdadeiramente interessante, porque mostra as duas vertentes do conservadorismo português face às novas visões da criação do mundo e do

¹⁷ Cf. Idem, *ibidem*, p. iv.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 5.

¹⁹ Julio Augusto HENRIQUES, *Antiguidade do Homem. Dissertação de concurso para a Faculdade de Philosophia da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866, p. 5.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 21.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 21.

homem, é a obra de João António de Sousa Dória, *Compendio de História. Para uso das escolas*²², quase transversal a todas estas produções.

E este manual é efectivamente importante porque, por um lado, tem uma longevidade bastante grande: a sua primeira edição é de 1844²³, e em 1880 ainda se publica, indo na duodécima edição – obra lida e relida pelo mundo escolar nacional; por outro lado, e corroborando a adaptação da obra ao público, ela é aprovada e re-aprovada para uso das escolas.

Nesta obra, de larga tiragem, de grande leitura, e de acordo com os programas oficiais, o autor não tem qualquer dúvida no que diz respeito à cronologia da criação do mundo e do homem. Em primeiro, divide a História em *história sagrada* e *história profana*²⁴, como vários outros autores, em segundo lugar ainda estabelece a primeira como matriz cronológica da segunda. Vejamos:

Outros povos antigos tem assignado ao mundo uma antiguidade tal, que nem a lei christan o admite, nem a boa razão a justifica.

Não é nosso proposito discutir essas espinhosas questões [...].

Os annaes sagrados, apoiados sobre a revelação, são hoje quasi geralmente reconhecidos. Seguil-os-bemos.

[...]

*Diremos pois com a Biblia, cuja autoridade respeitamos, que a antiguidade do mundo, a contar desde o momento da sua criação sobe já a 5878 annos, sendo 4004 antes e de 1874 depois de Christo*²⁵.

Sendo o corpo da obra de 1844, é claro que este trecho é escrito em 1874, sendo a edição de 1880. Isto é, há uma clara continuação da ideia de criação do mundo em 4004 a.C., mesmo bastante depois da edição das obras de Darwin. Mais, esta visão é sancionada pelo Estado, integrada no *corpus* do *saber oficial* e transmitido no sistema de ensino, ao mesmo tempo que outras obras, também elas com pendor educativo, já veiculavam o contrário.

Ponto último é a obra de Zófimo Consiglieri Pedroso (1883), já apresentada na abertura deste texto e que marca duplamente a questão em causa: por um lado ela inclui, já de forma elaborada e bastante coerente, as inovações então adquiridas e, por outro lado, a sua aprovação em sede legal, isto é, no organismo da tutela governativa, é alvo de alguma polémica por apresentar teorias contrárias à doutrina da Igreja Católica²⁶.

Passando ao tratamento dos conteúdos. Nesta obra temos duas vertentes de grande interesse. Por um lado, o autor assimilou a quase totalidade do que havia para assimilar no campo da nova visão sobre o Mundo e sobre o Homem, por outro lado, Consiglieri Pedroso consegue fazer já uma pequena abordagem à evolução do pensamento em que se enquadra. Este facto último ganha mais relevo ao estar enquadrado não numa tese académica, mas sim num livro de grande tiragem. Vejamos o autor:

*Longe vae o tempo em que se sustentava que nas velhas civilizações da alta Asia deviam ver-se as nações primitivas do globo, e que para além d'essa penumbra, estendida como um véo sobre a historia dos immediatos descendentes de Noé, nada mais havia do que as tradições conservadas na Biblia, por detraz das quaes a seu turno somente existia o mundo animal, ao qual ainda a palavra de Deus não impozera no primeiro homem o seu natural dominador. Assim, se durante largos annos se acreditou como uma verdade irrefutavel que a existencia do homem sobre a terra não excedia o periodo geologico presente, e que sómente n'uma época recentissima, contemporanea da fauna e da flora actual os nossos primeiros pais baviam apparecido sobre a superficie do planeta que habitamos;*²⁷

Da ideia de «unidade» na criação da espécie humana

Eis-nos, pois, chegados ao ponto último da nossa argumentação, ponto que justifica o título que escolhemos para esta análise. Vimos a destruição da operatividade da noção de *História Sagrada* no campo do conhecimento científico da História da Humanidade. Vimos também o abandono, se bem que difícil, da crença numa criação coesa do Mundo e do Homem por um impulso de Deus perfeitamente datável pela soma das gerações dos Patriarcas bíblicos em 4004 a. C. Vejamos agora como reagiu o Homem de fins do século XIX à própria alteração da visão de si.

Concepção bastante interessante e caracterizadora das questões que pretendemos tratar encontramos na obra de Manuel Francisco de Medeiros Botelho (1878)²⁸, um dos autores mais preocupados com a rápida fragmentação da totalidade do universo criacionista.

pp. 190-192. Desta forma, Viale assume posições próximas às já apontadas para Sousa Amado, pelo menos no que diz respeito à divulgação científica.

Sobre esta nuance que estamos a fazer entre os conteúdos achados por bem para o Ensino Secundário e os já tratados no Ensino Superior, ter em conta o facto de, no mesmo Curso Superior de Letras, tal como já apontado para a Universidade de Coimbra, eram já defendidas teses com algum grau de inovação como, em 1878, a tese de Alberto PIMENTEL, *Da Importância da História Universal Filosófica na Esfera dos Conhecimentos Humanos*, Porto, Braga, Liv. Inter. de Ernesto Chardron, 1878.

²⁷ Zófimo Consiglieri PEDROSO, *As Grandes Épocas da Historia Universal*, Porto, Livraria Civilização, [imp. 1883.], pp. 61-62.

²⁸ Manuel Francisco de Medeiros BOTELHO, *Curso de História Universal. Para uso dos Lyceos. Por [...]*, Tomo I, *História Antiga*, Coimbra, Livraria Central de José Diogo Pires-Editor, 1878. Este autor tem ainda um interessante livro, *Curso de Geographia e Chronologia (Curso de Geographia e Chronologia. Para uso dos Lyceos [...])*, Porto, Bento José da Costa, 1891.), importante para a nossa análise. Esta obra é, em grande parte, decalcada no já citado *Compendio de Chronologia Matematica e Histórica* de Francisco de Arantes, escrita meio século antes. Ora, o capítulo sobre a "Chronologia Histórica" (pp. 237-247) tem na sua capitulação extremo dessa situação. Única novidade: fala de cronologia mas nada indica para a criação do homem.

²² Todas as referências de conteúdos indicadas são da edição consultada: João António de Sousa Dória, *Compendio de Historia. Para uso das escolas por [...]*, Vol. I, *História Antiga*, Duodécima edição, 1880.

²³ Cf. Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez [...]*, Tomo Terceiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 294.

²⁴ João António de Sousa Dória, *Op. cit.*, p. 1.

²⁵ Idem, *ibidem*, pp. 33-34.

²⁶ É António José Viale, por sinal também professor no Curso Superior de Letras como Consiglieri Pedroso, que argumenta qualificando o manual como afecto à *escola racionalista, condenada pelo cristianismo em todas as partes do mundo*, dizendo ainda noutro momento que os seus conteúdos vão contra as *verdades reveladas*, isto é, contra a doutrina do acto criador de Deus; ver a análise da discussão sobre a aprovação deste manual escolar em Sérgio Campos Maros, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX*, Lisboa, Colibri, 1998,

«Macaco era o teu pai!»

É um autor aparentemente *suigeneris*, conciliador dos dados da tradição com os da inovação²⁹ mas que assenta a sua argumentação na nascente *Filosofia Racional das Religiões*, para uns, *Teosofia*, para outros. Vejamos alguns trechos que mostram a aceitação de aspectos inovadores:

*em nossos dias, é outra a feição da história. Armada do novo método de indução e de observação comparada, e preocupando-se, a exemplo das sciencias naturais, da investigação das causas que determinam os factos [...]*³⁰.

Mais,

*Assim, a história dessa parte da terra, onde o curso da civilização humana teve a sua primeira origem, acha-se actualmente acessível a todas as nações mais cultas, depois de completamente renovada e reconstituída pelo conhecimento de documentos originaes, scientificamente examinados e comprovados; e seria uma falha imperdoável não fazer penetrar em todos os ordens da sociedade os resultados principais das conquistas da sciencia, resultados que «devem entrar nessa somma de conhecimentos que não é permitido a ninguém ignorar e que fazem a base de toda a educação séria e grave»*³¹.

O autor vai mais longe ainda, ao colocar a Bíblia no mesmo patamar que outras fontes históricas: *A Bíblia, os Vedas, o Zend-Avesta, a Ilíada e a Odyssêa, a Eneida*³².

Mas, quando começa a tratar alguns conteúdos, vemos a sua base teórica balançar em “corda bamba”. O seu capítulo primeiro chama-se, significativamente, “Primeira Epocha. Da Creação ao Dilúvio”; isto é baseia-se totalmente na divisão epocal instituída.

Mais, a sua “Lição 1ª” tem a designação de “O primeiro homem”, subdividida em três partes, duas expositivas, e uma de sua mais directa lavra: “Origem do homem segundo os livros sagrados”, “Hypotheses profanas” e “Falsidade dessas hypotheses, e a unidade da espécie humana, que Moisés Proclamára, confirmada pela sciencia”.

O centro da sua reflexão é, de facto, o lugar do Homem nesta nova teia e, acima de tudo, a rejeição da aplicação de um quadro de total normalidade equivalente às outras espécies, nomeadamente ao macaco...

O que nos interessa é ver que o autor não consegue abandonar a enumeração das explicações religiosas, se bem que aponte todas as tradições orientais a que teve acesso, em que a bíblica é apenas uma delas. Assim, e relativamente à recente e incómoda descendência símia,

o que o autor perfilha é que as [espécies] de um período não derivam das do período que o precedeu; que as espécies «têm caracteres fixos e não mudam com o decurso do tempo»³³.

Por último, defende uma primitiva unidade cultural no sentido de apontar uma primitiva unidade. Unidade essa não contrária à *geographia zoologica* que aponta um mesmo centro de difusão do homem pré-histórico. Assim, encontra o autor provas para manter a teoria tradicionalmente apodada a Moisés, segundo o qual o homem teve origem num par inicial único.

Ora, este autor bebeu plenamente os conteúdos veiculados, por exemplo, por Moreux³⁴, editados em português através das palavras de Eduardo Silva³⁵. Esta visão que rejeita a aplicação da evolução das espécies ao Homem, apesar de se proclamar ciência por aceitar parte do restante conjunto de inovações, nomeadamente a colocação em patamar idêntico dos textos bíblicos com os restantes textos religiosos das tradições orientais, será a base de inúmeras instituições misto de científicas e de religiosas que floresceram em Portugal na passagem do século XIX para o XX³⁶.

Mostra desta implantação é ainda a tradução de uma obra que visa exactamente o combate ideológico a essas visões, por parte de Morais Rosa na «Biblioteca de Educação Moderna»³⁷.

²⁹ A tentativa de conciliação entre a ciência e a fé, outra forma de apresentar a questão, está plenamente documentada por diversas obras, entre as quais se encontra uma editada em português: Miguel Miu, Pe., *Harmonia entre a Sciencia e Fé. Versão Portuguesa [...]* por António Correia de MENESES. *Bacharel formado em Theologia [...]*, Coimbra, J. J. Reis Leitão, [s. d.].

³⁰ Manuel Francisco de Medeiros BOTELHO, *Curso de História Universal. Para uso dos Lyceos. Por [...]*, Tomo I, *História Antiga*, Coimbra, Livraria Central de José Diogo Pires-Editor, 1878, p. viii.

³¹ Idem, *ibidem*, p. xvi.

³² Idem, *ibidem*, p. xxviii.

³³ Manuel Francisco de Medeiros BOTELHO, *Op. cit.*, p. 7.

³⁴ Moreux é um clérigo que publica as suas obras com as devidas autorizações eclesásticas. Dos seus títulos, sugestivos, destacamos: *Qui sommes-nous? D'où venons-nous? Où sommes-nous? e Où allons-nous?*

³⁵ Eduardo SILVA, *Theoria da Lei da Creação: De onde vimos, o que somos e para onde vamos*, Lisboa, Imp. Lucas, 1906.

Ver a mais que interessante coincidência entre os títulos das obras antes indicadas de Moreux e o sub-título desta obra de Eduardo Silva.

³⁶ Estas formulações também em muito tomaram os conteúdos de obras que formularam, ainda no início da expansão das novas ideias sobre a criação do Homem, a «Ciência da Religião». Ver, entre outros, M. Max MULLER, *La Science de la Religion*, Paris, Lib. Germer Baillière, 1873.

³⁷ DEXON, *Descendemos do Macaco? Tradução de Morais Rosa*, Lisboa, Liv. Inter. Almeida Carvalho, [s. d.].